

Prefácio - Análise de classes sem sotaque

	5.8 Média, desvio padrão e coeficiente de variação dos anos de estudo dos indivíduos, segundo as posições e os segmentos de classe - Brasil, 1996	268
	5.9 Ganhos percentuais (renda em log) e ganhos em reais da renda de todas as fontes, por ano de estudo, controlando a educação dos pais e outras variáveis, conforme as posições e os segmentos de classe - Brasil, 1996	274
QUADROS	3.1 Matriz de cálculo dos componentes da mudança líquida das posições, efeito setorial, 1981-1996	195
	3.2 Matriz de cálculo dos componentes da mudança líquida das posições, efeito posicional, 1981-1996	197
FIGURAS	1.1 Tipologia básica de classes na sociedade capitalista	51
	1.2 Tipologia desenvolvida de classes na sociedade capitalista	52

A antropóloga brasileira radicada nos Estados Unidos, Teresa Caldeira, apresenta, no prefácio de seu livro *City of walls*, a expressão “antropologia com sotaque”, que se refere ao dilema de todo trabalho acadêmico dirigido a várias audiências: qual a ênfase do trabalho — melhor explicar o mundo estudado aos “nativos” ou avançar o conhecimento teórico-científico? Para as ciências sociais como tradicionalmente praticadas, até mesmo dentro do campo da análise de classes, o trabalho melhor avaliado sempre seria aquele que avançasse argumentos gerais, supostos como “objetivos”, porém soltos de um compromisso com a realidade empírica. Em segundo plano, consideravam-se aqueles comprometidos com a realidade concreta e para os quais existiam termos até um pouco derogatórios, como “brasilianista” e “africanista”, aplicados a estudiosos não nativos.

Levanto esse preconceito antigo porque este fascinante livro de José Alcides avança argumentos teóricos sobre o campo da análise de classes que levantam questões importantes, tanto no contexto do Brasil como no de outros países. O livro levanta também possibilidades instigantes, abrindo caminhos para investigações futuras na área. Não considero necessário deter-me, por muito tempo, com as óbvias contribuições que o livro traz à nossa compreensão do Brasil, nem à importante lacuna que o livro preenche, pois, como o próprio autor levanta, a aplicação de análise de classes baseada em investigação empírica sofisticada à realidade de classes no Brasil é inédita. Apenas ressalto, nesta oportunidade, algumas das contribuições do livro para o campo da análise de classes em geral.

José Alcides começa seu caminho seguindo os passos teóricos neomarxistas de Erik Olin Wright e se propõe a uma análise multi-variável da estrutura de classes no Brasil, via a problemática do marxismo analítico. Entre os traços marcantes do marxismo analítico estão o compromisso com rigor teórico e a ênfase na testabilidade empírica de suas proposições; dentro desse espírito, a análise conduzida pelo autor coloca em questão algumas das proposições teóricas do esquema original de Wright, que foi originalmente desenvolvido e aplicado com vistas aos países centrais. A análise levanta o problema da heterogeneidade de certas posições consideradas homogêneas, como a categoria de auto-empregado. No Brasil, como mostra Alcides, a posição contém considerável diversidade, não só em termos de “oportunidades de vida”, como levantariam os neoweberianos, mas mesmo em termos relacionais do ponto de vista da produção e exploração. A solução de Alcides é elegante: os auto-empregados são divididos segundo o critério teórico de controle de ativos produtivos, diferenciando-se assim, por exemplo, o “biscateiro” (auto-emprego precário, despossuído na prática de ativos de capital ou de qualificação), o médico profissional liberal (auto-empregado especialista, detentor de ativos de qualificação) e o micro comerciante (auto-emprego dito capitalizado por controlar ativos de capital). De acordo com os dados, a categoria de “auto-empregado precário”, conta com 14,7% de indivíduos e 13,4% de chefes de família, números enormes que Alcides explica por certas características específicas de países como o Brasil, a exemplo da geração de uma elevada população trabalhadora excedente. Mas essa solução e a maneira de encarar esta categoria é relevante, não só para outros países periféricos e semiperiféricos onde o trabalho informal é tão visível, mas, creio eu, também para países centrais. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, conquanto não exista o equivalente exato ao biscate, existem parcelas da população cada vez mais crescentes que estão permanentemente marginalizadas do mercado de trabalho formal, especialmente dentro de guetos urbanos. Em certas áreas urbanas, como em Chicago ou Detroit, existem blocos censitários com taxas de desemprego acima de 70%. Com o fim do welfare

State, várias formas de trabalho informal, muitas baseadas no auto-emprego, estão se consagrando como norma de sobrevivência (WILSON, William Julius. *The truly disadvantaged*. Chicago: University of Chicago Press, 1999). Estudos comparativos recentes, como o de Arum e Müller, defendem também a importância da heterogeneidade entre os auto-empregados (ARUM, Richard; MÜELLER, Walter. *Self-Employment Dynamics in Advanced Economies*, April 2001).

Outra inovação que Alcides traz é a análise temporal, aqui baseada nas PNADs de 1981 e 1996. Enquanto Wright admite que a análise estática é limitada, não muitos fizeram análises baseadas nesse esquema, que busquem mapear mudanças estruturais ao longo do tempo. No Brasil, muito se fala na crescente exclusão social a partir da década de 1980, mas o que se vê do ponto de vista de posições de classes? Nota-se que a crescente parcela da economia baseada em serviços traz consigo mudanças no auto-emprego, vivenciando aumentos entre as pessoas de referência da família no auto-emprego qualificado (que cresce 51,7% no período, porém, partindo de uma base pequena), no auto-emprego estabelecido (que cresce 22,7%) e no auto-emprego precário (que cresce 20,8%, porém, dirigindo-se mais ao setor de indústria transformativa); ao mesmo tempo, o trabalho manual na indústria e nos serviços cai (em torno de 6%). Constata-se também uma forte queda em categorias ligadas ao trabalho agrícola, tanto entre os trabalhadores manuais (que caem 36,5%) quanto entre os auto-empregados rurais (que caem 27%). Vale a pena ressaltar que as mudanças na estrutura de classes que Alcides procura mapear trazem dificuldades metodológicas, e, ao compatibilizar as categorias empíricas da tipologia de posições de classe para as PNADs das décadas de 80 e 90, o autor cria uma base de comparação importantíssima para futuros trabalhos.

Afinal, este livro dá uma resposta empírica e complexa a uma velha pergunta: a estrutura de classes é distinta em países como o Brasil? Estudos famosos de uma geração anterior muito se preocuparam com a questão (os pobres nas cidades são de uma classe

“marginal”? A burguesia é uma classe “compradora”?), mas geralmente sem se deterem na tarefa de operacionalizar tais categorias e testá-las na realidade. O estudo aqui mostra que sim, a estrutura de classes no Brasil é realmente diferente daquela existente nos países centrais, mas não tanto que seja preciso abandonar o esquema de análise de classes. Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, por exemplo, os ganhos de renda associados aos anos de educação são mediados pela posição na estrutura de classes; em ambos os países, a origem social em termos de posição de classe afeta a educação dos descendentes, embora no Brasil o efeito seja mais marcante. A estrutura de classes no Brasil também é marcada por desigualdades, frutos de sua história, que se percebem nas divisões entre trabalho manual/não manual e agrícola/não agrícola. Mas, para entender essa estrutura de classes, é necessário realizar o que José Alcides faz aqui: desagregar certas categorias e adequá-las a essa realidade. Como ele mesmo escreve, esse esforço é um primeiro passo para um campo de estudos novos no Brasil. O resultado desse esforço, no entanto, abre caminhos muito importantes para pesquisas muito além do Brasil.

Gianpaolo Baiocchi

Professor Assistente de Sociologia e do Centro de Estudos
Latino-Americanos da Universidade de Pittsburgh

Apresentação

Na sociologia brasileira não existe uma tradição de investigação empírica voltada para a construção de “mapas de classe” e o estudo das consequências das posições de classe na vida das pessoas.¹ Um balanço abrangente da literatura acerca das classes sociais no Brasil faz aflorar nitidamente essa constatação.² O presente livro pretende abrir uma vereda em terreno pouco explorado ao aplicar uma tipologia de posições e segmentos de classe com a finalidade de submeter a estratificação social da sociedade brasileira a uma investigação empírica conduzida à luz do paradigma da análise de classes. Versão modificada de uma tese de doutorado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), o trabalho publicado materializa um antigo projeto intelectual de investigação das diferenciações de classe da sociedade brasileira. O contato com uma sólida tradição internacional de pesquisa no campo da análise de classes e a oportunidade de fazer o doutorado em uma instituição que mantém uma linha de estudos na área de estratificação social propiciaram a concretização do intento almejado.

Dedicando-se à explicação das manifestações objetivas e subjetivas baseadas em classe, as tipologias de Erik Olin Wright e de John Goldthorpe representam os esquemas de classes, aplicáveis à análise empírica multivariável, mais consagrados na sociologia contemporânea. Ambas as tipologias orientaram programas de investigação de ampla escala, particularmente nas duas últimas décadas do século, cujas características comuns formam o uso de categorias empíricas de classe baseadas na estrutura do emprego, a dimensão comparativa

internacional e a sofisticação dos métodos de análise.³ O reconhecimento da relevância das tipologias de classe vem se firmando apesar das proclamações acerca do “fim das classes”, como atestam as atividades do Comitê de Pesquisa sobre Estratificação Social da Associação Internacional de Sociologia e a utilização da base conceitual do esquema de classes neoweberiano de John Goldthorpe para a construção da nova classificação social governamental do Reino Unido, que passou a ser aplicada pelo Office for National Statistics (ONS), a partir de 2001, em todas as estatísticas e levantamentos de dados oficiais.⁴ O esquema de classe está atualmente sendo cogitado como uma base possível para uma nova classificação européia.⁵

Tomando como ponto de partida o enfoque neomarxista de Erik Olin Wright, este livro desenvolve um mapeamento da disposição estrutural e dos perfis específicos das posições e segmentos de classe no Brasil de hoje, com a utilização da base de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1996.⁶ A abordagem de padronização e decomposição de mudança é aplicada para interpretar a direção, o alcance e os fatores determinantes das transformações que têm incidido sobre as posições e sua configuração estrutural de 1981 a 1996. São analisados os efeitos das posições de classe, representando distintos mecanismos geradores de renda, sobre o montante da renda obtida pelas pessoas. O estudo considera o poder explicativo intrínseco das posições de classe, a importância relativa entre os determinantes posicionais de classe e os atributos de capital humano, os efeitos de origem de classe e os efeitos interativos entre a posição de classe e a educação sobre a renda.

Em função de considerações editoriais, visando facilitar o acesso à publicação, não integram o presente livro dois capítulos da tese original. Um expõe criticamente o esquema de classes neoweberiano de John Goldthorpe e o outro trata das relações entre gênero, família e vínculo de classe na definição da chamada “unidade de análise”. Não são apresentados, pelo mesmo motivo, os anexos em que constam os procedimentos operacionais, inclusive com os correspondentes códigos da PNAD, aplicados na construção das três variantes de tipologias de posições de classe e da tipologia de setores econômicos

utilizadas no livro. Tais informações estão disponíveis no exemplar da tese existente na biblioteca do IUPERJ ou podem ser obtidas através de requisição endereçada ao autor.⁷ Versões dos capítulos I e III já foram publicadas na revista *Dados*.⁸

Os cursos realizados no IUPERJ com os professores Nelson do Valle Silva e Carlos Hasenbalg, referências na área de estratificação social no país, estimularam o desenvolvimento substantivo do projeto. A escolha do professor Nelson do Valle como orientador da tese de doutorado representou a reafirmação de uma opção realizada já no decorrer do mestrado na mesma instituição. A incorporação do professor Adalberto Moreira Cardoso ao IUPERJ, no período de desenvolvimento da investigação, ensejou uma ampliação do conhecimento das transformações do mundo do trabalho. Uma versão preliminar do capítulo V contou com as observações críticas do professor Rodolfo Hoffmann. A análise dos efeitos interativos beneficiou-se de uma sugestão do professor Tufi Machado Soares. As observações dos professores Luiz Antonio Machado da Silva, Nelson do Valle Silva, Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, Adalberto Moreira Cardoso e José Maurício Domingues, membros da banca examinadora da tese de doutorado, receberam a devida consideração. Faço uma menção especial ao professor Luiz Antonio Machado da Silva, por ter testemunhado a sua sabedoria ao pensar e sensibilizado ao valorizar na diferença. O enorme esforço intelectual despendido na investigação valeu a pena a julgar pela avaliação criteriosa e receptiva da Banca Examinadora e a obtenção posterior do prêmio de publicação conferido pelo IUPERJ.

Introdução

A estratificação de classe envolve a distribuição desigual dos poderes e direitos sobre os recursos produtivos básicos de uma sociedade, o que gera conseqüências significativas e sistemáticas para a vida dos indivíduos e a dinâmica das instituições. Na abordagem de Erik Olin Wright, o poder causal da posição de classe na vida dos indivíduos advém do modo como esse fator determina o acesso aos recursos materiais e afeta o caráter das experiências de vida nas esferas do trabalho e do consumo. Classe influencia um grande conjunto de outros fenômenos sociais ao moldar tanto os interesses materiais quanto as capacidades para a ação das pessoas. A análise de classes procura precisar a estrutura causal desse fator e a relação entre classe e outros fenômenos sociais relevantes.¹ A noção de classe social foi considerada, nas tradições sociológicas vinculadas às obras de Marx e Weber, um conceito-chave na compreensão da sociedade moderna. Entretanto, a teoria de classe sofreu abalos diante das transformações da sociedade capitalista nas últimas décadas e das incertezas sobre a capacidade do antigo paradigma de dar conta dos novos fenômenos. Nesse terreno contestado, se enfraqueceu o prestígio intelectual da análise de classes e ganharam força idéias que preconizam a superação da noção de estratificação de classe.² Grande parte dessa literatura que rejeita a noção de classe, no entanto, padece de pouca consistência empírica e se baseia amplamente em uma espécie de “sociologia desvinculada dos dados”. A pesquisa internacional de ponta, conduzida por pesquisadores relativamente autônomos espalhados em vários continentes, que possuem como

ponto de referência notadamente as atividades do Comitê de Pesquisa sobre Estratificação Social da Associação Internacional de Sociologia, revela que as desigualdades de classe nos países industrializados mantiveram-se mais ou menos constantes no decorrer da maior parte do século XX.³ A sociologia contemporânea tem assistido ao florescimento, no campo da análise de classes, de esforços consistentes de elaboração teórica e de investigações empíricas sistemáticas, particularmente entre os autores que dão continuidade ou se inspiram nas tradições marxista e weberiana.⁴ Os progressos realizados não impedem o surgimento de preocupações com a “exaustão da tradição clássica da teoria de classe” e sua fragilidade em fornecer uma “explicação teórica clara de porque e como classe importa” na sociedade contemporânea. Apesar dos problemas teóricos levantados, existe no interior da análise de classes o reconhecimento amplo entre pesquisadores marxistas e weberianos de que fatores como “propriedade, organização/autoridade, e qualificação/perícia são mecanismos estruturantes significativos na produção de divisão social”.⁵

O presente trabalho traduz uma iniciativa científica de defesa concreta da análise de classes, mas não se propõe a enveredar pelo caminho da polêmica teórica com os seus contestadores. Um confronto de idéias ocorre, de forma mais circunscrita, no tratamento da problemática das bases da desigualdade social e vinculado a um contraponto ao modelo de capital humano. Em uma oportunidade anterior, o autor procurou situar, ainda que de modo limitado, os elementos marcantes do debate nos anos 90 do século XX acerca da relevância das teorias e dos programas de investigação sobre as classes sociais.⁶ Erik Olin Wright considera que a análise de classes não pressupõe obrigatoriamente o reconhecimento da primazia de classe como um princípio explicativo generalizado, mas reafirma a idéia de que *classe* persiste como um determinante significativo e, às vezes, poderoso de muitos aspectos da vida social.⁷ A concretização do intento de levar a presente investigação a um termo final condizente com os propósitos almejados pressupõe, naturalmente, a reafirmação do paradigma da análise de classes. O escopo do estudo se circunscreve a uma investigação da estrutura de posições de classes

e de seus efeitos em termos de regularidades sociais objetivas. As dimensões de formação de classes, que envolve a constituição de coletividades organizadas, e de conflito de classes, que abarca as relações de contradição e antagonismo entre as classes, estão fora do alcance do trabalho. Inviabilizam a contemplação dessas várias dimensões o objetivo de levar a cabo uma análise de classes em escala nacional, as limitações dos dados disponíveis e a enorme complexidade decorrente de uma ampliação nessa direção do escopo da investigação. Além disso, na ótica teórica em que o trabalho se inscreve, a abordagem da estrutura de posições representa o ponto de partida adequado e obrigatório da análise de classes. A dimensão da estrutura de posições tem uma precedência conceitual no entendimento dos demais aspectos, ainda que possa existir uma certa indeterminação ou contingência na relação entre as diferentes dimensões.

As tipologias de classe representam a encarnação destacada de uma vertente da análise de classes que utiliza o instrumental da análise multivariável, em estudos de abrangência nacional, ou comparativos internacionais sobre as manifestações socioeconômicas, práticas e subjetivas baseadas em classe. Esses estudos privilegiam o tratamento das assimetrias quantitativas em sistemas multicausais, visando conferir importância diferencial às causas.⁸ A análise multivariável consiste em um campo de aplicação de modelos estatísticos que consideram os efeitos simultâneos de várias variáveis tomadas em conjunto. Os métodos quantitativos de análise de dados se aplicam ao estudo de mecanismos sociais que produzem variações quantitativas de *grau* ao longo de alguma dimensão ou variações na *probabilidade* associada com algum evento.⁹

No capítulo I, dedica-se um esforço e um especial espaço à exposição crítica do esquema de classes de Erik Olin Wright, que serve de referência teórica e ponto de partida da investigação. O capítulo situa o contexto intelectual em que as idéias do autor sobre a análise de classes se forjaram, as linhas fundamentais de desenvolvimento da sua reflexão, os conceitos-chave e a tipologia de classes propriamente dita, os momentos de interrogação e reelaboração teórica, as estratégias metodológicas e o elenco de críticas que recaem

sobre sua obra. Essa parte do trabalho possui o objetivo precípua de clarificar, sedimentar e problematizar o instrumental teórico, analítico e metodológico com o qual a investigação empírica será operada. Elaboraões teóricas e estratégias de investigação existentes no interior da análise de classes que não se desenvolveram na direção da análise empírica multivariável são referidas basicamente, a título de contraponto crítico, ao esquema de classes apresentado. Não esteve igualmente entre os objetivos deste trabalho fazer uma leitura ou releitura, entre as tantas que já foram feitas, dos fundamentos teóricos originais sobre a problemática das classes sociais presentes no pensamento clássico de Marx.

Engajado em um projeto de reconstrução do pensamento marxista, Erik Olin Wright considera que a especificidade do marxismo não repousa no seu “método”, mas “nos conceitos que emprega, nas questões que formula, e nas respostas que propõe”.¹⁰ O “marxismo analítico” do autor se compromete com uma visão realista da ciência, uma ênfase na elaboração dos conceitos básicos, o uso de modelos abstratos explícitos dos processos em estudo e a focalização do problema da relação entre a escolha individual e os processos sociais.¹¹ A concepção realista da ciência inspirada na obra do filósofo Roy Bhaskar articula os domínios da realidade através das categorias ontológicas de mecanismos, eventos e experiências. Os mecanismos geradores subjacentes produzem os eventos que, em conjunto com os mecanismos de observação, produzem as experiências (fatos) que pertencem ao domínio do empírico. O objetivo da teoria, enquanto sistema coerente de conceitos, é produzir explicações do fenômeno real que existe independente da teoria. Como objeto de investigação, a sociedade representa uma construção teórica, no sentido de não ser dada diretamente à percepção e ser empiricamente identificada através dos seus efeitos. O realismo crítico e transcendental de Bhaskar insiste na capacidade de conhecer a realidade que existe independente do nosso conhecimento (rejeita o relativismo), mas admite a necessidade da organização conceitual prévia de todo conhecimento empírico (nega o empirismo). Em sua mais importante obra até o momento, *Dialectic: the pulse of freedom*, Bhaskar defende o enriquecimento e aprofundamento dialético da filosofia realista e contesta

as formas puramente analíticas de pensamento e entendimento da realidade.¹² Wright, no entanto, revela-se cético a respeito da filosofia dialética e valoriza, na obra de Bhaskar, o comprometimento com a especificação teoricamente cuidadosa dos mecanismos que são pensados para gerar as observações empíricas, a visão do mundo social como um sistema aberto e o entendimento do papel criativo do cientista na construção do campo de observação.¹³ O marxismo aparece na visão realista da ciência de Wright em uma linguagem de causas, mecanismos e efeitos. A questão da reprodução contraditória das relações de classe capitalistas está no âmago de um projeto de marxismo sociológico que se propõe a “identificar os processos causais proeminentes dentro da sociedade capitalista que possuem amplas ramificações para a natureza das suas instituições e as perspectivas de mudança social emancipatória”.¹⁴

No capítulo II é realizado um mapeamento da disposição estrutural e dos perfis específicos das posições e segmentos de classe no Brasil de hoje. São apresentados os desafios teórico-metodológicos enfrentados e os passos de construção da tipologia. As posições e os segmentos de classe recebem uma caracterização conceitual e operacional, são situados na distribuição entre os setores econômicos e submetidos a um esquadramento da sua feição interna. Estabelecem-se os vínculos das posições e dos segmentos de classe constituídos com os arranjos de classe de natureza mais ampla, como os proprietários de ativos relevantes de capital, a pequena burguesia urbana, os camponeses, as formas de auto-emprego precário, a classe média assalariada e a classe trabalhadora restrita e ampliada. A consideração das grandes regiões geográficas serve para proceder a uma contextualização socioespacial da estrutura de posições. É abordada a distribuição diferenciada das posições em relação aos fatores *gênero* e *cor* ou *raça*. Por fim, é esboçada uma representação das relações de classe macroestruturais e são confrontadas e articuladas as formulações teóricas que procuram dar sentido à reprodução desses conjuntos macrosociais.

O capítulo III desenvolve uma perspectiva temporal de certa amplitude no estudo das transformações da estrutura de posições e

segmentos de classe. Visando formar um quadro preliminar da problemática são sintetizadas as indicações que emanam da literatura econômica e sociológica. Estabelecem-se os fundamentos das alterações na tipologia original e também as novas soluções operacionais que tiveram que ser usadas para compatibilizar as diferenças entre as PNADs de 1981 e 1996. São apreciados detidamente os deslocamentos estruturais e as taxas de mudanças das posições e segmentos de classe. O trabalho situa as mudanças na distribuição da população ocupada entre os setores econômicos e a composição de posições de classe prevalente no interior de cada setor. Por fim, a abordagem de padronização e decomposição de mudança é utilizada com a finalidade de aprofundar a interpretação da direção, do alcance e dos fatores determinantes das transformações nas posições de classe e em sua configuração estrutural no período de 1981 a 1996. Cabe ponderar, no entanto, que os processos de estruturação das relações de emprego e do mercado de trabalho, assim como os mecanismos de geração e consolidação da propriedade da riqueza, não são plenamente captados através da metodologia de análise baseada em levantamentos de dados por amostragem que focalizam a estrutura do emprego em um corte transversal.¹⁵

No capítulo IV são contrastados o enfoque relacional e posicional da desigualdade e o modelo “monádico” da teoria de capital humano. Debate-se a problemática teórica do processo subjacente à associação entre a educação e a renda. Sintetiza-se a teoria neomarxista dos mecanismos geradores de renda e discutem-se as duas principais estratégias — a dimensional e a tipológica — de mensuração das propriedades teoricamente relevantes das posições de classe e de parametrização dos seus efeitos em uma função de rendimentos.

No capítulo V a tipologia construída é colocada à prova através da análise dos efeitos das posições de classe, representando distintos mecanismos geradores de renda, sobre o montante da renda obtida pelas pessoas. São sugeridas interpretações sociológicas alternativas à teoria do capital humano acerca dos dois componentes principais subjacentes à associação entre a educação e a renda: o grau de desigualdade em educação e os diferenciais de renda por nível

educacional. O conteúdo principal do capítulo corresponde ao desenvolvimento de uma análise exaustiva dos efeitos das posições de classe sobre a renda pessoal, recorrendo à técnica de regressão linear, que considera o poder explicativo intrínseco das posições de classe, a importância relativa entre os determinantes posicionais de classe e os atributos de capital humano, os efeitos de origem de classe na renda e, por fim, os efeitos interativos entre a posição de classe e a educação sobre os retornos de renda.

A conclusão do trabalho apresenta um balanço do conjunto do percurso empreendido e uma síntese dos principais resultados obtidos. São apreciadas as virtudes e as limitações do esquema de classes de Erik Olin Wright e da base de dados utilizada na compreensão da estratificação de classe da sociedade brasileira. Levando em consideração o caminho percorrido, descortinam-se as possíveis perspectivas de desenvolvimento e de aplicação das tipologias de classe na interpretação de regularidades sociais na sociedade brasileira.

Capítulo I - O esquema de classes neomarxista de Erik Olin Wright

A análise de classes representa para Erik Olin Wright a agenda central da sociologia marxista e do seu projeto de reconstrução da tradição marxista de ciência social. Desenvolve-se aqui um quadro abrangente do esquema de classes neomarxista que orientou um esforço coletivo de pesquisa de âmbito internacional realizado nas últimas duas décadas do século XX.¹ A exposição realizada destaca a relevância do empreendimento e apresenta um apanhado das ponderações críticas de natureza teórica e metodológica que recaem sobre essa abordagem.

Erik Wright vem empreendendo um esforço contínuo para desenvolver um esquema de classes capaz de mapear as constâncias e as variações nas estruturas de classes das sociedades capitalistas. A formação do pensamento do autor deu-se em contraponto às insuficiências do pensamento marxista contemporâneo para interpretar, notadamente, a emergência de posições referidas como de “classe média” dentro da estrutura de classes. A biografia do conceito-chave de “localizações contraditórias de classe” vinculou-se, igualmente, ao esforço empreendido de construção de uma tipologia de classes aplicável à pesquisa empírica.

A polêmica sobre a “classe média” e o primeiro mapa de classes de Wright

Quatro estratégias analíticas gerais foram desenvolvidas no âmbito do marxismo até o final da década de 1970, enfocando a problemática das situações de “classe média” na estrutura de classes. Uma primeira estratégia colocava quase todas essas posições na classe trabalhadora; a segunda alternativa optava por agrupar várias categorias de assalariados não proletários sob a denominação de “nova pequena burguesia”; outra opção fixava os segmentos de assalariados situados fora da classe trabalhadora numa nova classe denominada “Classe Profissional e Gerencial”; a quarta estratégia interpretava essas posições não polares como representativas de “localizações contraditórias dentro das relações de classe”. Wright fez a defesa de uma versão estrutural dessa última, procedendo a uma análise de três dimensões inter-relacionadas da dominação e subordinação dentro da produção, envolvendo o capital monetário, considerado em termos do fluxo de investimentos dentro da produção e da direção do processo de acumulação no seu conjunto; o capital físico, ou seja, os meios de produção efetivos dentro do processo de produção; e o trabalho, envolvendo as atividades transformativas dos produtores diretos dentro da produção. A relação de classe fundamental entre trabalho e capital foi pensada como polarizada e antagônica ao longo dessas três dimensões. A não-correspondência entre as três dimensões gera, justamente, as “localizações contraditórias dentro das relações de classe”: gerentes e supervisores ocupam localização contraditória entre a classe trabalhadora e a classe capitalista; pequenos empregadores, entre a pequena burguesia e a classe capitalista propriamente dita; empregados semi-autônomos, entre a pequena burguesia e a classe trabalhadora. Trata-se de localizações contraditórias porque elas compartilham, simultaneamente, características relacionais de duas classes distintas.² Utilizando esse esquema teórico, Wright encabeçou a primeira investigação sistemática da

estrutura de classes norte-americana baseada em dados colhidos de uma perspectiva explicitamente marxista.³

As concepções utilizadas no primeiro mapa de classes de Wright, que valorizavam as noções de controle e exploração dentro das relações sociais de produção, foram posteriormente reformuladas. Em uma inflexão autocrítica, sob a inspiração da obra do economista John Roemer, Wright colocou as relações de exploração, em vez das de dominação, no cerne do seu novo mapa de classes.

A obra de John Roemer

Roemer considera que a teoria econômica marxista pregressa fracassou em estabelecer com precisão as causas da exploração no capitalismo.⁴ Ele contesta a definição da exploração em termos de apropriação do trabalho excedente e a colocação do processo de trabalho no centro da análise da exploração e das classes. A teoria da exploração do trabalho é considerada incorreta, pois a força de trabalho não é a única mercadoria capaz de produzir mais valor do que incorpora. Roemer contrapõe a essa idéia o teorema da exploração generalizada da mercadoria.⁵

O conceito de exploração surge no enfoque de Roemer “puramente definido em termos de relações de propriedade”.⁶ Seu objetivo é formular uma metateoria da exploração aplicável a qualquer modo de produção. Ela é melhor caracterizada em termos da propriedade de recursos produtivos e a sua condição necessária e suficiente é a distribuição desigual desses fatores. A propriedade diferencial dos meios de produção é destacada como a causa principal da exploração capitalista. Uma pessoa ou grupo são explorados se não têm acesso a uma participação justa (equitativa) nos ativos produtivos alienáveis da sociedade. O seu empenho teórico baseado em preocupações

éticas aproxima a noção de exploração de uma teoria da justiça baseada na igualdade de recursos.⁷

Roemer introduz adicionalmente o enfoque da “teoria dos jogos” para comparar diferentes sistemas de exploração. Sugere que um grupo deva ser visto como explorado caso tenha “alguma opção *condicionalmente* factível de acordo com a qual seus membros estariam melhor” — recorre-se a um “jogo de retirada” para definir a exploração.⁸ Seus diferentes tipos são definidos através das regras de retirada que fariam com que os membros de uma coalizão de atores estivessem melhores como resultado da sua retirada da economia.

A adesão à metodologia padrão da economia neoclássica, cujo enfoque requer que os elementos exógenos sejam considerados independentes uns dos outros, de modo que as alterações singulares *ceteris paribus* possam ser estabelecidas e os efeitos causais sobre as variáveis endógenas possam ser isolados, leva Roemer a desconsiderar as interdependências reais entre os fenômenos que emergem nas configurações históricas, a exemplo do diagnóstico de Marx de que a introdução de um mercado de trabalho representou um fator de revolucionamento dos processos de produção. A formulação de que a distribuição da propriedade é o fator determinante da exploração capitalista, e não o processo de trabalho capitalista, baseia-se em uma análise em que o processo de trabalho permanece inalterado independente de operar ou não em um modo de produção capitalista.⁹

Ao colocar o conceito de exploração no centro da análise de classe, Wright acolheu a idéia de que a exploração material é determinada pelas desigualdades na distribuição dos ativos produtivos. Entretanto, diferenciando-se de Roemer, defendeu a idéia de transferências de trabalho excedente que são explicadas pelas desigualdades de ativos.¹⁰ Wright aproximou-se de uma estratégia referida muitas vezes como uma abordagem de direitos de propriedade acerca da exploração, mas considera que o seu enfoque da questão no presente difere significativamente daquele preconizado então por Roemer.

O conceito de classe

Na tradição marxista o conceito de classe apresenta certas propriedades essenciais. Trata-se de um conceito relacional, pois as classes são sempre definidas no âmbito das relações sociais, em particular nas relações das classes entre si; e também são antagonísticas, pois geram intrinsecamente interesses opostos. As relações de exploração, ou seja, o vínculo causal entre o bem-estar de uma classe e a privação de outra, dão um caráter “objetivo” a esse antagonismo. A base fundamental da exploração, por sua vez, encontra-se nas relações sociais de produção. O conceito de classe deve abarcar apenas a exploração enraizada nas relações de produção e não todas as relações sociais possíveis nas quais ocorre exploração. A exploração baseada na produção deve ser considerada uma categoria distinta da não produtiva, por causa do tipo específico de interdependência que se cria entre explorado e explorador. Outros mecanismos são essencialmente redistributivos do excedente criado dentro de determinadas relações de propriedade.

Classes dizem respeito a localizações estáveis e estruturalmente determinadas na esfera das relações sociais de produção; definem-se em termos de relações de propriedade, ou seja, dos ativos produtivos controlados, e formam categorias de atores sociais caracterizados pelas relações de propriedade que geram exploração. De modo geral, pode-se especificar uma série de tipos de relações levando-se em conta os recursos produtivos que fornecem a base para a exploração. Classes definem-se em termos de um mapa estrutural de *interesses materiais* comuns baseados na exploração. Devido aos tipos específicos de ativos que controlam, as pessoas de uma determinada classe “enfrentam objetivamente as mesmas amplas estruturas de escolhas e tarefas estratégicas quando procuram melhorar seu bem-estar econômico”.¹¹ Interesses de classe comuns significa compartilhar das mesmas estratégias otimizadoras materiais.

Wright vem reconsiderando mais recentemente o papel da dominação na constituição das relações de classe. No seu livro *Classes*, em que desenvolveu o conceito de classe baseado na conexão ativo-exploração, nem por isso deixou de sustentar a idéia de que “dominação sem apropriação e apropriação sem dominação não constituem relações de classe”.¹² Segundo ele, classe é um conceito intrinsecamente político, já que requer relações de dominação. Direitos de propriedade devem implicar dominação sobre a atividade dos trabalhadores diretamente dentro da própria organização social da produção. Dominação sem apropriação e apropriação sem dominação são estruturas não reprodutivas das relações sociais de produção. As relações de classe são a unidade das relações de apropriação e dominação.¹³

Na visão de Wright, classe não representa a causa “mais importante” de *qualquer* fenômeno social. Em uma demonstração disso, vale citar que estudos comparativos internacionais sobre as diferenças de gênero, em termos de autoridade no local de trabalho e de divisão do trabalho no lar, levaram o autor a reconhecer a tese feminista de que as relações de gênero são bastante autônomas das relações de classe.¹⁴

A noção de exploração

Em contraponto a Roemer, Wright estabelece uma distinção entre opressão econômica e exploração. Na opressão econômica, o bem-estar da classe opressora decorre da privação material do oprimido e, ligado a isso, da sua capacidade de proteger seus próprios direitos de propriedade e excluir o oprimido do acesso aos recursos produtivos. No caso da exploração, vigora adicionalmente o princípio de apropriação, pois o bem-estar material e o poder econômico do explorador dependem causalmente da sua capacidade de apropriar-se dos frutos do trabalho do explorado, o que equivale a

uma transferência de excedente de uma classe para outra.¹⁵ O explorador depende, desse modo, não meramente da privação do explorado, mas ele tem também interesse na atividade produtiva e no esforço do explorado. Essa combinação peculiar de antagonismo de interesses e interdependência dá à exploração o seu caráter distintivo. A exploração define um conjunto de mecanismos que ajuda a explicar tanto a distribuição do bem-estar econômico quanto a distribuição do poder econômico.

O nexo ativo/exploração depende, em cada caso, da capacidade de o controlador do ativo privar os outros do acesso a este. As bases materiais da exploração são as desigualdades na distribuição dos ativos produtivos, ou o que é usualmente referido como relações de propriedade. As desigualdades de ativos são suficientes para dar conta das transferências de trabalho excedente. As formas variáveis de desigualdade de ativos especificam diferentes sistemas de exploração. Nesse sentido, a exploração radica no controle ou propriedade de elementos das forças produtivas, isto é, de vários tipos de fatores (inputs) usados na produção. Ativos produtivos são fatores ou recursos produtivos geradores de renda. A exploração, conceito gerador de interesses, define a relação social dentro da qual um grupo se beneficia materialmente a expensas de outro. A exploração é explicativa não apenas porque redundante em desigualdades, mas também por causa dos modos através dos quais intenta mapear interdependências de interesses antagônicos.

Wright aponta as vantagens do conceito de classe centrado na exploração. A abordagem do problema dos interesses objetivos de classe fica mais clara, pois essa noção adquire um conteúdo mais materialista e histórico ao vincular-se à propriedade efetiva de elementos das forças produtivas, cujo desenvolvimento imprime aos sistemas de classe a sua trajetória histórica. As diferenças qualitativas entre os tipos de estruturas de classes ficam melhor demarcadas. As classes médias são caracterizadas pelos mesmos critérios de base que definem as classes fundamentais.¹⁶ A exploração, por fim, representa um dos mecanismos centrais por meio dos quais a estrutura de classes explica o conflito de classes.

Ainda que as diversas dimensões da desigualdade social não possam ser reduzidas à desigualdade de classe, a premissa subjacente à análise marxista é a de que as relações de classe jogam um papel decisivo na moldagem das outras formas de desigualdade. De modo específico, as relações de classe organizam a estrutura da desigualdade de renda no sentido de que as posições de classe moldam os modos como outras causas influenciam a renda. Uma investigação empírica do autor sobre a realidade norte-americana demonstra que, no tocante às diferenças raciais no processo de determinação da renda, as relações de classe não podem ser excluídas da análise, sob pena de ocorrerem graves distorções nos resultados.¹⁷ Da mesma forma, a posição de classe afeta o modo e a extensão em que as características de background, como a educação, são transformadas em renda.¹⁸

A sociedade capitalista atual contém, além da exploração capitalista, formas não capitalistas de exploração, estruturalmente subordinadas ao capitalismo, que fornecem as bases materiais para formas secundárias de relações de classe. A noção de múltiplas explorações permite pensar a existência de localizações contraditórias de classe, dentro das relações de exploração, que podem ser simultaneamente exploradoras e exploradas em dimensões diferentes. Por outro lado, há localizações de classe que não são nem exploradoras nem exploradas, isto é, gente que tem precisamente o nível per capita do ativo pertinente. Em seu livro *Classes*, Wright considerou a existência de ativos organizacionais, já que a organização — entendida como “as condições de cooperação coordenada entre produtores em uma complexa divisão do trabalho” — representa um recurso produtivo específico, além de um ativo controlado dentro de uma hierarquia de autoridade.¹⁹ A divisão técnica de trabalho entre produtores é, por si mesma, uma fonte de produtividade. O modo como o processo produtivo é organizado é um recurso produtivo em seus próprios termos. A noção de ativos organizacionais tem uma relação próxima com o problema de autoridade e hierarquia. Autoridade, contudo, não é o próprio ativo, ele é a organização, ou seja, a tomada de decisão coordenadora sobre uma complexa divisão técnica do trabalho. Não resta dúvida, no entanto, que a organização é um ativo

que é controlado através de uma hierarquia de autoridade. O mecanismo gerador da exploração organizacional corresponde ao poder que os gerentes têm dentro da produção, em virtude das suas responsabilidades organizacionais associadas à autonomia e ao poder real na organização social da produção. Este controle econômico efetivo sobre o uso dos ativos organizacionais garante-lhes a percepção de “rendas de lealdade”.²⁰

Na corporação moderna, na prática, o exercício efetivo de controle sobre os ativos organizacionais — sobre a coordenação e integração da divisão do trabalho — está nas mãos dos gerentes. Em termos do nexo exploração/classe, esse controle constitui a base para uma estrutura particular de relações de classe entre gerentes e trabalhadores.²¹ Entretanto, num ensaio publicado na obra coletiva *The debate on classes*, o autor iniciou uma reaproximação, nesse ponto, a idéias subjacentes ao seu primeiro mapa de classes.²² Nos últimos tempos, inclina-se a tratar explicitamente a autoridade como uma dimensão das relações de classe entre os empregados. Gerentes e supervisores exercem um poder delegado da classe capitalista, na medida em que se engajam em práticas de dominação dentro da produção. Essa posição estratégica, particularmente dos gerentes, na organização da produção enseja a exigência de uma porção do excedente social sob a forma de rendimentos relativamente elevados. Entretanto, a posição dos gerentes não decorre apenas das relações de dominação, mas também da ocupação de uma *localização privilegiada de apropriação [privileged appropriation location] dentro das relações de exploração*. A solução parece nova e não apenas um retorno a idéias presentes no primeiro mapa de classes, sugerindo que os gerentes estariam em uma espécie de posição de confluência das relações de dominação e exploração.²³

A propriedade de qualificações escassas forma uma outra conexão ativo/exploração. Qualificação e perícia designam um ativo incorporado na força de trabalho que aumenta o seu poder nos mercados e processos de trabalho. Essa força de trabalho “incrementada” é muitas vezes atestada sob a forma de credenciais, mas em algumas circunstâncias, qualificação e perícia podem funcionar

sem essa certificação.²⁴ A exploração baseada em ativos de qualificação pressupõe a restrição da sua oferta, permitindo a transformação da escassez relativa em rendas elevadas que suplantam o custo de produção da força de trabalho qualificada. Os talentos naturais representam um segundo mecanismo por meio do qual o preço da força de trabalho qualificada pode exceder seu custo de produção. Os diferenciais de capacidade permitem que as pessoas talentosas se apropriem de uma renda extra, ao adquirirem habilidades, com menor esforço e custo. Talentos e credenciais podem ser simplesmente tratados como um tipo específico de mecanismo para criar a escassez estável de uma determinada qualificação e apropriação exploradora. A ênfase em credenciais deve-se ao seu status relativamente claro de “direito de propriedade”. Entretanto, uma credencial formal se torna a base para uma relação de exploração apenas quando está combinada com um emprego que a requer.²⁵ A exploração, baseada na propriedade de ativos de qualificação, mostra-se comumente mediada por trocas mercantis e mercados de trabalho internos. Wright pondera que não é certo que qualificações e credenciais sejam realmente a base para uma relação típica de classe — em que as classes se definem nas relações entre si — dado o tipo de relação difusa de dependência existente entre especialistas e não-especialistas.²⁶

A estrutura de classes

A estrutura de classes refere-se à estrutura de relações sociais que define um conjunto de posições ocupadas por indivíduos ou famílias e que determina seus interesses de classe. Ela corresponde a uma estrutura de “lugares vazios” gerados pelas relações sociais de produção, que existe independentemente de pessoas específicas que ocupam posições determinadas. Trata-se, então, de “um conjunto de

posições de classe que existem independentemente das pessoas que o ocupam, mas que, todavia, determina os interesses de classe dos seus ocupantes”.²⁷ Pesquisa empírica confirma que a estrutura de classes deve ser pensada como “totalidade” que não é redutível à “soma das suas partes” (dimensões primárias de propriedade, qualificação e autoridade), pois há efeitos distintos do conjunto enquanto tal.²⁸ No que diz respeito à estrutura de classes pode-se falar de posições vazias, população excedente absoluta e ocupantes de posições de classe.²⁹ As estruturas de classe concretas são vistas como consistindo de diferentes combinações das relações de classe definidas dentro dos conceitos abstratos da estrutura de classes e designam mecanismos reais, ou seja, processos geradores de efeitos.³⁰

Classes não podem ser definidas como agrupamentos de ocupações, já que os dois fenômenos possuem diferentes dimensões na teoria marxista. Enquanto ocupações representam posições definidas no âmbito das relações técnicas de produção, classes caracterizam-se pela sua localização dentro das relações sociais de produção. As firmas capitalistas são os sítios privilegiados das relações sociais de produção, mas as formações de classe incorporam e transcendem o espaço da firma. Considerando, conjuntamente, as dimensões estruturais e processuais, as classes perpassam as organizações ao incorporarem o “interno” e o “externo”.³¹

Em geral, os tratamentos marxistas da estrutura de classes enfatizam um (ou mais de um) destes três tipos de efeitos: interesses materiais, experiências de vida e capacidades para ação coletiva. Wright considera que os conceitos concretos da estrutura de classes podem ser melhor construídos em torno da noção de exploração e interesses materiais. Este seria o único modo coerente, no entendimento do autor, de gerar sistematicamente conceitos concretos de estrutura de classes derivados do conceito abstrato de modo de produção.³² A estrutura de classes corresponde a um tipo particular de rede complexa de relações sociais que determina o acesso aos recursos produtivos básicos e molda os interesses materiais. Pode ser representada, adequadamente, como uma matriz *multidimensional* de localizações determinadas pela distribuição dos ativos geradores de exploração.³³

Essa estrutura de relações sociais gera uma matriz de interesses baseada na exploração. A sociedade capitalista contemporânea assistiu ao desenvolvimento de múltiplas explorações, isto é, diferentes formas de combinação de diferentes mecanismos de exploração.

Apesar de elaborar um esquema de classes de inclinação mais “estruturalista”, Wright reconhece os problemas inerentes a uma visão estritamente posicional da estrutura de classes e declara sua preferência por uma abordagem de trajetória. As visões posicionais de estrutura de classes giram em torno de caracterizações essencialmente estáticas da localização das pessoas nas relações de classe. A localização de classe é um determinante básico da matriz de possibilidades objetivas enfrentadas pelos indivíduos, seja no horizonte das alternativas reais que as pessoas consideram ao tomar decisões sobre o que fazer e como fazer, seja no âmbito da trajetória global das possibilidades encaradas durante o ciclo de vida.³⁴ O caráter de uma determinada *posição* deve ser visto em termos probabilísticos. As propriedades relacionais de uma posição de classe determinam as consequências de classe apenas como tendências. O mesmo ocorre com a localização relacional dos ocupantes no decorrer do tempo. Uma explicação plena da estrutura de classes tem que incluir algum tipo de reconhecimento dessas trajetórias probabilísticas. O próprio conceito de interesse, central na interpretação de Wright, implica um horizonte ou dimensão temporal da parte dos atores que partilham esses interesses.³⁵

Em período mais recente, Wright tem problematizado a sua noção de localização de classe. O sentido de ocupar uma localização de classe, no fundo, restringe-se a empregos (*jobs*) e tem uma conotação estática. É preciso conectar a dimensão da estrutura de classes (empregos) a microconceitos que captem o modo de os indivíduos viverem. Wright desenvolveu as noções de localizações de classe *mediatas* e *temporais*.³⁶ A primeira procura captar as demais relações sociais, além do emprego, que ligam os indivíduos à estrutura de classes. Relações com outros membros da família e relações com o Estado criam vínculos indiretos entre o indivíduo e os recursos produtivos. As relações de gênero passam a família e formam a

base para a definição da localização de classe mediata, o que permite, inclusive, dissolver o dualismo classe/gênero.³⁷ A referência a localizações de classe *temporais* reflete o fato de determinados empregos estarem associados a trajetórias de carreira que alteram o vínculo de classe através do tempo. A localização de classe de profissionais, especialistas e outras categorias portadoras de qualificações credenciadas, envolve um movimento no interior das hierarquias gerenciais, a capacidade de capitalizar renda e opções viáveis de auto-emprego secundário ou de tempo integral. Em um plano concreto de análise, a estrutura de classes envolve a totalidade das relações de classe diretas, mediatas e temporais.

Tipologia de classe

Wright elabora uma tipologia básica de classe na sociedade capitalista em função da apropriação diferenciada de ativos em meios de produção, ativos de qualificação e relação com o exercício de dominação dentro da produção (caracterizados antes como ativos organizacionais). A parte crítica da tipologia de localizações de classe encontra-se nas diferenciações entre os não-proprietários dos meios de produção, ou seja, nas divisões internas entre assalariados, atribuídas à operação dos mecanismos de exploração não capitalistas e de dominação dentro da produção, estruturalmente subordinados à exploração baseada nos ativos de meios de produção. A idéia de múltiplas explorações permite pensar a existência de localizações contraditórias de classe, que podem ser simultaneamente exploradas por um mecanismo e exploradoras por outro mecanismo. A distribuição empírica das pessoas dentro das células da tipologia de classe depende dos padrões de distribuição e interdependência dos ativos de exploração e de exercício de dominação dentro da produção. Os conceitos marxistas tradicionais de estrutura de classes são muito

abstratos e “macro” para abordar vários problemas empíricos e, inversamente, não dão conta da necessidade de ligar níveis concreto e micro de análise aos macroconceitos mais abstratos.

Wright faz opção por uma estratégia de análise mais refinada da estrutura de classes e um exame nuançado dos efeitos da localização de classe na consciência e ação individuais. A proliferação de localizações de classe na tipologia deve-se ao fato de o conceito de “localização de classe” ser de nível micro. Os indivíduos (e às vezes as famílias) ocupam as localizações. Ocupar uma localização significa ser afetado por um conjunto de mecanismos que determinam as possibilidades e os limites encarados ao fazer escolhas e agir no mundo. Localização de classe equivale a uma localização dentro das relações de classe e não propriamente a uma classe. A noção de localização dentro das relações de classe situa os indivíduos em relação aos poderes e direitos sobre os recursos produtivos que são importantes na estruturação de padrões de interação social. As localizações de classe estão sempre estruturalmente interconectadas às relações de classe. Possibilidades e limites dependem, crucialmente, das propriedades emergentes da estrutura social como um todo que mediatizam os microprocessos. A noção de estrutura de classes designa a organização de conjunto de relações e localizações de classe.³⁸

Wright destaca que o *esquema de classe básico* subjacente às suas investigações corresponde a um modelo que diferencia seis localizações nas relações de classe, o que não deve ser confundido com um modelo de seis classes.³⁹ As três dimensões da tipologia básica podem ser “tricotomizadas”, por opções metodológicas, diferenciando-se as posições dominante, contraditória e subordinada, o que dá lugar a doze localizações de classe: três de possuidores de ativos de capital e nove de empregados.⁴⁰ Apresenta-se na Figura 1, a tipologia de classe básica e, na Figura 2, a tipologia desenvolvida.⁴¹

Entre os proprietários distinguem-se os capitalistas propriamente ditos, os pequenos empregadores, que empregam poucos empregados, e a pequena burguesia, composta pelas pessoas auto-empregadas sem empregados. As localizações de “classe média”

são pensadas como localizações contraditórias e localizações privilegiadas de apropriação entre os empregados, e abrangem, na tipologia desenvolvida, todos os tipos de gerentes e especialistas mais os supervisores qualificados.



FIGURA 1.1 - Tipologia básica de classes na sociedade capitalista

A noção de qualificação (*skill*), presente na categoria intermediária de trabalhador qualificado, vincula-se à idéia mais geral de força de trabalho potencializada (*enhanced*) ou complexa. A classe trabalhadora “pura” consiste de empregados que, tendo posição subordinada nas dimensões de autoridade e de qualificação, são cumulativamente não-gerentes e não qualificados. Wright fala de uma classe trabalhadora “ampliada” abarcando os trabalhadores não qualificados, os trabalhadores qualificados e os supervisores não qualificados.⁴² Os objetivos específicos da investigação podem demandar a introdução de certas modificações apropriadas. Wright adota em diversos estudos uma tipologia restrita devido às limitações da dimensão da amostra, à natureza dos dados disponíveis e ao contexto analítico.⁴³

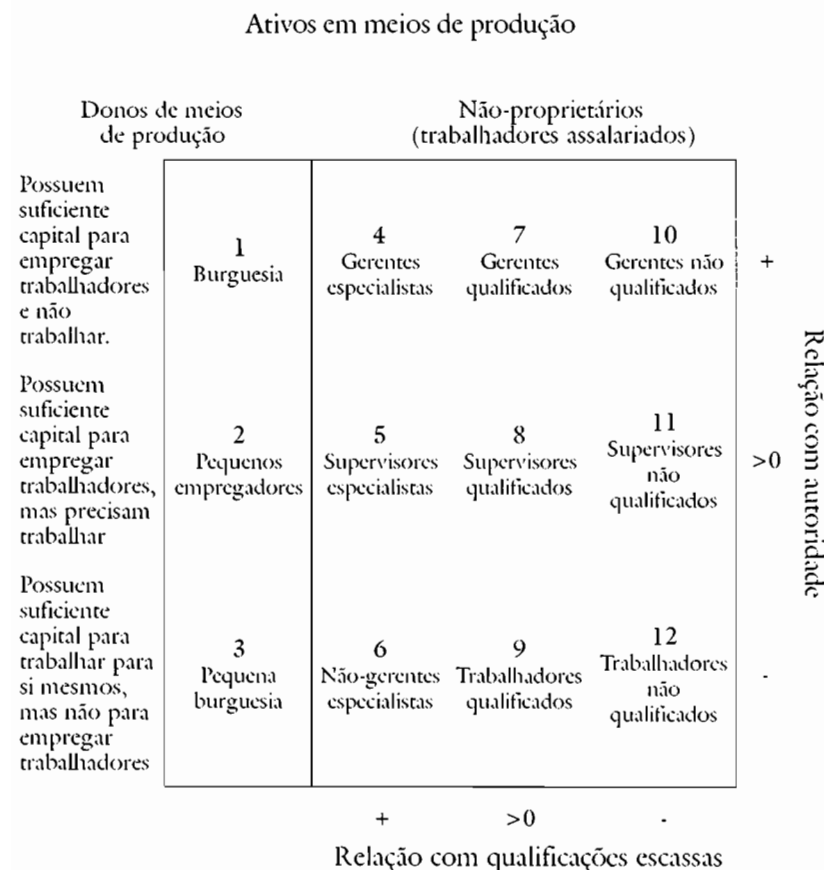


FIGURA 1.2 - Tipologia desenvolvida de classes na sociedade capitalista

Wright desenvolve uma estratégia sofisticada, particularmente para mensurar a dimensão de autoridade, denominada, antes, de ativos de controle organizacional. Os entrevistados são questionados minuciosamente sobre o seu envolvimento em tomadas de decisões,

autoridade sobre os subordinados em termos de serviço e punições, e posição na hierarquia formal da empresa.⁴⁴ Os gerentes correspondem a “posições que estão diretamente envolvidas em tomar decisões de política no local de trabalho e que possuem autoridade efetiva sobre o subordinado”.⁴⁵ Já os supervisores representam “posições que possuem autoridade efetiva sobre subordinados, mas não estão envolvidas em tomadas de decisão na organização”.⁴⁶ A alternativa de “tricotomizar” a mensuração das dimensões de diferenciação de classe merece uma consideração específica. Tal estratégia dá origem às nove posições de classe diferenciadas dentro do segmento de não-proprietários. Wright esclarece que o objetivo perseguido por essa solução foi o de construir uma tipologia em que as posições assimétricas (por exemplo, gerente e trabalhador) fossem inequívocas. Na verdade, criou uma variável tricotômica para capturar e representar uma dicotomia teórica. A idéia foi concentrar nas categorias intermediárias e ambíguas os problemas e deficiências de mensuração. Assim fazendo, ao confrontar as posições assimétricas teria certeza de estar comparando grupos relativamente bem mensurados.

Wright reconhece que os atuais mapas descritivos de classe, produzidos por estudiosos das tradições marxista e weberiana, podem não ser tão divergentes, em termos práticos, para a análise da sociedade capitalista. Ambas as tradições consideram a relação capital/trabalho como definidora do eixo principal das relações de classe no capitalismo. Da mesma forma, destacam a importância das categorias sociais de profissionais, gerentes e executivos, funcionários burocráticos, empregados altamente qualificados, que não se encaixam propriamente nas relações de classe polarizadas entre capitalistas e trabalhadores.⁴⁷ Como as categorias empíricas de análise são muitas vezes *subdeterminadas* pelo modelo teórico de referência, em termos de conjunto prático de categorias operacionais a matriz de estrutura de classes de Wright não difere dramaticamente da tipologia de Goldthorpe.⁴⁸

A consciência de classe

Consciência de classe corresponde àqueles aspectos da consciência que possuem um conteúdo distintivo de classe que conforma as escolhas intencionais. As formas de consciência pertinentes à classe envolvem os processos subjetivos por meio dos quais os indivíduos passam a entender a determinação social das suas capacidades e opções. O modelo causal de formação da consciência, advogado por Wright, se apóia em duas premissas.

Premissa 1: “Os interesses materiais enraizados nas relações de exploração e, por isso, vinculados à estrutura de classes, são reais, [de modo que] o vínculo entre classe e consciência [...] baseia-se nas propriedades objetivas da própria estrutura de classes.”

Premissa 2: “A experiência de classe que molda a consciência está sempre organizada socialmente, [de forma que se deve analisar] a construção social das categorias ideológicas em função das quais as pessoas interpretam seu mundo.”⁴⁹ As localizações de classe estruturam objetivamente os interesses dos atores. Postula-se que as pessoas sejam suficientemente racionais para tomar consciência desses interesses.

O estudo da “consciência” abarca notadamente aqueles elementos da subjetividade da pessoa que são discursivamente acessíveis ao indivíduo. As crenças, idéias, observações, informações, teorias, preferências, mesmo não estando explicitamente na mente da pessoa, podem ser acessíveis à sua consciência. A consciência de classe compõe-se do conteúdo de três dimensões da subjetividade implicadas nas escolhas intencionais: percepção de alternativas, teorias de conseqüências e preferências. O conceito pretende denotar propriedades subjetivas que dão à atividade de escolha consciente um conteúdo de classe. Wright reconhece que as noções de consciência e consciência de classe empregadas no livro *Classes* escudam-se na teoria da “escolha racional” ou “ação estratégica”.⁵⁰

Os elementos da teoria de escolha racional, presentes no estudo original da consciência de classe, não impedem que ganhe corpo, na obra de Wright, a ênfase na possibilidade de teorizar a escolha e ação individuais, sem pressupor a operação de algum processo de maximização racional nas escolhas, ou mesmo, que todas as ações sejam conscientemente escolhidas. A noção de relação social destaca, nesse sentido, a “qualidade interativa inerentemente estruturada da ação humana” e considera que, ao fazerem escolhas e agirem, os indivíduos estão sempre inseridos em relações estruturadas com outras escolhas e ações individuais.⁵¹

Ao confrontar as abordagens processuais e estruturais de classe e consciência, Wright vai considerar que as compreensões subjetivas de identidades e interesses possuem diferentes estruturas temporais. A identidade estaria mais enraizada no passado biográfico, enquanto o interesse consciente, na antecipação do próprio futuro. Os padrões de mobilidade social prediriam melhor as identidades de classe, ao passo que as localizações de classe seriam melhores preditoras dos interesses conscientes. A organização coletiva de classe dentro da produção e os contextos organizacionais prevalentes nas empresas capitalistas, por sua vez, podem influenciar significativamente a direção e a extensão em que experiências e interesses de classe são transformados em identidades e crenças.⁵²

Modelo de estrutura, formação e luta de classe

A dimensão da estrutura revela-se *conceitualmente* essencial para clarificar a lógica de conjunto da análise de classe. Afinal, a estrutura de classe é o determinante central do poder social e “constitui o mecanismo básico de distribuição de acesso aos recursos na sociedade e, portanto, de distribuição de capacidades de agir”.⁵³

A formação de classe refere-se à constituição de coletividades organizadas dentro da estrutura de classes sobre a base de interesses moldados por esta estrutura. Tais coletividades podem ser organizadas, desorganizadas e reorganizadas. As relações sociais dentro de cada classe determinam sua capacidade de perseguir seus interesses. A formação expressa e mede “a coerência combinada (*corporate*) de uma classe e sua capacidade organizacional de funcionar como um participante ativo na sociedade”.⁵⁴

As práticas são concebidas como “atividades humanas vistas em termos de seus efeitos transformativos no mundo”.⁵⁵ As práticas de classe são atividades em que os membros do agrupamento se engajam com a finalidade de realizar ao menos alguns dos seus interesses de classe. Nesse sentido, a atividade é intencional e o objetivo é a realização de interesses baseados em classe. A subjetividade *mediatiza* os modos como as condições objetivas das localizações são traduzidas nas escolhas efetivas das ações de classe. A mediação subjetiva das escolhas — o processo efetivo de escolher — é igualmente uma parte essencial do processo. Formações coletivas, não-indivíduos atomizados, são os veículos característicos das lutas de classe, ou seja, das formas organizadas de práticas de classe *antagonísticas*.⁵⁶ O modelo analítico (que não pretende ser uma teoria geral) articula as dimensões de estrutura, formação e luta de classes. A estrutura de classes impõe *limites* à formação, ou seja, à organização coletiva das forças de classe, assim como às suas lutas. Três são os mecanismos básicos de imposição de limites: a moldagem dos interesses materiais dos indivíduos, os padrões de *identidades* emergentes das experiências de classe vividas e a determinação dos recursos materiais disponíveis. Já a formação de classe *seleciona* as lutas possíveis, que, por fim, retroagem e transformam tanto a estrutura quanto a formação de classe. As práticas de classe, em certa medida, transformam as estruturas que as limitam.⁵⁷

Wright defende a idéia da relativa indeterminação do relacionamento entre estrutura e formação de classe, do seu caráter complexo e contingente. A estrutura estabelece os limites de variação possível da formação, consciência e luta de classes e impõe obstáculos e

oportunidades às tentativas de quaisquer atores políticos organizarem pessoas em formações coletivas. Mas, dentro desses limites, uma variedade de fatores políticos e históricos moldam os padrões presentes que emergem. Os interesses baseados na exploração, radicados na estrutura de classes, constituem as bases materiais para uma variedade de formações de classe *potenciais*. A estrutura de classes pode definir o terreno dos interesses materiais, em torno dos quais experiências de formação de classe ocorrem, ou as probabilidades subjacentes de diferentes tipos de formação de classe, mas os resultados dependem de uma série de fatores que são estruturalmente contingentes em relação à própria estrutura de classes. Formação de classe é o processo por meio do qual as condições individuais são organizacionalmente fundidas, com a finalidade de gerar uma capacidade coletiva de agir. Nesse terreno, deve-se considerar as dinâmicas organizacionais por meio das quais as condições individuais para agir, como determinadas pela localização de classe, tornam-se mobilizadas em formas coletivas de práticas de classe. O processo de formação coletiva é decisivamente moldado por uma variedade de mecanismos institucionais que são “relativamente autônomos” e que determinam os modos como as estruturas traduzem-se em atores coletivos com ideologias e estratégias específicas.⁵⁸

Estudo comparativo sobre a questão da permeabilidade diferenciada das fronteiras de classe à mobilidade intergeracional entre homens nos Estados Unidos, Canadá, Noruega e Suécia mostra a interferência dos fatores político-institucionais na reprodução das classes. Emerge da pesquisa um claro padrão de variação entre as nações estudadas. A fronteira de propriedade é menos permeável nas sociedades em que as relações econômicas capitalistas são menos constrangidas pela intervenção estatal. Os recursos materiais vinculados às relações de propriedade capitalistas demonstram constituir uma barreira mais significativa à mobilidade nos EUA e Canadá que os recursos culturais vinculados à perícia. Nos dois países escandinavos, especialmente na Suécia, as fronteiras de propriedade e perícia não diferem significativamente em seu grau de permeabilidade. A pesquisa sugere que quanto mais puramente capitalista é

uma estrutura econômica, menos permeável será a fronteira de propriedade à mobilidade intergeracional. Os resultados são, em certa medida, consistentes com a visão de que os Estados de Bem-estar social-democratas podem influenciar a operação dos mecanismos de classe capitalistas, no sentido de uma maior igualdade.⁵⁹

Os “lugares vazios” da estrutura de produção social compreendem, simultaneamente, relações de classe e relações ocupacionais. As posições de classe e ocupacionais interagem de várias formas no processo de formação de classe. As posições ocupacionais formam bases potenciais para divisões dentro da classe trabalhadora, assim como podem reforçar outras fontes de divisões intraclasse, como raça e etnia, e concorrem com classe como bases de organização dos ocupantes em atores coletivos, ao ensejarem o surgimento de organizações coletivas de grupos ocupacionais. Entretanto, sob determinadas circunstâncias, grupos ocupacionais podem servir de veículo de formação de classe. As conexões entre classe e ocupação, assim como outros aspectos da estrutura social, produzem efeitos diferenciadores nas formas de luta e formação de classe.⁶⁰

Classe e política

Em uma análise de como a classe molda a política, Wright recorre à tipologia tripartite de “níveis de poder” elaborada por Alford e Friedland. Existe o *poder situacional*, que se refere às relações de poder de comando direto e obediência entre atores. A estrutura de classes distribui recursos úteis nas lutas políticas e, por isso, afeta as interações dos atores políticos. O *poder institucional* refere-se às características de diferentes cenários institucionais que moldam a agenda de tomada de decisão de maneira a servir aos interesses de grupos particulares. Determinadas propriedades institucionais do Estado incorporam um caráter específico de classe, a exemplo dos

mecanismos negativos de filtragem. O *poder sistêmico* refere-se ao poder de concretizar interesses, dada a estrutura global do sistema social. O padrão de organização social — relações de propriedade, orientação do sistema de produção e operações dos mercados — reforça os interesses dos capitalistas, independentemente de maquinções políticas.

Os efeitos de classe na política estão sujeitos a variações. O poder situacional relativo de coletividades organizadas contendoras pode experimentar situações de “equilíbrio de forças”. O poder incorporado nas propriedades institucionais do Estado manifesta diferenças históricas. Possibilidades de variação afetam igualmente o caráter de classe do poder sistêmico dentro das sociedades. Neste ponto, cabe citar os estudos de Esping-Andersen acerca da existência de diferenças nas formas de Estado de Bem-estar.⁶¹

A relevância relativa dos diferentes fatores causais, assim como a sua articulação, devem ser consideradas. Classe não representa a causa “mais importante” de *qualquer* fenômeno político. Processos associados a fatores sistêmicos gerais implicam um papel explicativo mais importante de classe, mas objetos mais concretos e sutis tendem a ser relativamente mais contingentes em relação a esse fator. A importância causal explicativa de classe guarda relação com os aspectos mais diretamente implicados na reprodução da estrutura de classes e com os interesses fundamentais das classes dominantes.⁶²

Críticas ao esquema de classes de Erik Olin Wright

Levy e Joye advertem que o esquema de classes de Wright articula-se em torno da idéia de múltiplas explorações, em que mecanismos baseados no controle de ativos organizacionais e de qualificação se associam, ainda que subordinadamente, à exploração

propriamente capitalista. A importância atribuída à existência de hierarquias múltiplas de estratificação, segundo certas interpretações, faz com que o critério da *propriedade dos meios de produção* passe a ser de relevância parcial. Aponta-se um sério problema prático desta abordagem: a necessidade de definir pontos de descontinuidade ou corte nas variáveis qualificação ou posição hierárquica, que não são intrinsecamente dicotômicas ou tricotômicas.⁶³

Sorensen considera que a abordagem de Wright em termos de ativos de qualificação e ativos organizacionais não seria adequada como uma teoria estrutural ou posicional de classe. Habilidades inatas, ainda que possam gerar uma renda diferencial, são atributos de pessoas e não de posições. De modo semelhante, habilidades adquiridas (*skills*) podem gerar “renda”, na medida em que as oportunidades de treinamento são fixas e a oferta limitada; no entanto, independente disso, não são propriedades de posições.⁶⁴ Já a posição de “autoridade” na hierarquia organizacional não pode ser considerada uma medida de valor do ativo, ou seja, da eficácia produtiva de um arranjo organizacional. Nessa situação, só o argumento de incentivo explicaria os altos salários dos detentores de autoridade. Certos autores apelam para a noção de sistemas de incentivos ou falam de sistemas de promoção em mercados de trabalho internos. Nenhuma das duas soluções, no entanto, atende à idéia de vantagens posicionais.⁶⁵

Edgell critica Wright por introduzir fortes elementos de graduação na tipologia de classe. Na interpretação do autor, não fica claro se a posse de ativos de qualificação ou credenciais conduz à exploração dos não-especialistas pelos especialistas ou, na verdade, apenas a variações de rendimentos. A diferenciação interna dos não-proprietários, que dá origem a nove localizações de classe na tipologia, é realizada distinguindo-se graus de controle dos ativos organizacionais e de qualificação ou credenciais. Nesse sentido, a tipologia de classe não seria puramente marxista, nos termos defendidos pelo próprio Wright, pois contém tanto elementos relacionais quanto de graduação.⁶⁶

A construção teórica do mapa de classes apóia-se na suposição, não muito plausível empiricamente, de que os diferentes mecanismos de exploração têm efeitos estritamente aditivos, os quais são tidos como mutuamente independentes. Consciente desse problema, Wright lembra que caso se considere que as formas de exploração reforçam-se mutuamente, “a relação entre o mapa de localizações de classe definido com base nos ativos e interesses de classe objetivos se torna muito mais problemática”.⁶⁷ Na avaliação crítica de Mayer, a pressuposição de independência (não-reforço mútuo) entre tipos de exploração, adotada por Wright por motivos de simplicidade, alimenta a impressão de que a tipologia de classe representa uma classificação-cruzada artificial (*mechanical cross-classification*), impressão que é reforçada pela atribuição de três níveis a cada modo de exploração.⁶⁸

Relatam-se problemas vinculados à aplicação do esquema de classes de Wright. Sua definição operacional de burguesia seria derivada de uma concepção de propriedade familiar. Nesse sentido, a noção de Goldthorpe de “classe de serviço” — ainda que conceitualmente mais heterogênea, pois agrega empregadores e empregados — estaria mais próxima da realidade do poder corporativo na economia capitalista contemporânea. A dificuldade na mensuração dos ativos de qualificação dá lugar a soluções arbitrárias de decisões de codificação, de modo que pessoas desempenhando tarefas radicalmente diferentes aparecem na mesma categoria de “especialistas” ou “empregados não qualificados”. Como a qualificação e perícia pressupõem a sua vinculação com empregos, recorre-se a estes na sua operacionalização. Wright seria prisioneiro da codificação ocupacional, mais que o próprio Goldthorpe, criticado por trabalhar explicitamente com categorias ocupacionais. A operacionalização desse ativo implica lançar mão de agregados ocupacionais (derivados da codificação oficial de ocupações), junto com a escolaridade e, para algumas situações, uma medida de autonomia de emprego. A localização de classe de trabalhadores qualificados faria uma miscelânea de critérios: alguns seriam incluídos tendo em vista as qualificações formais e outros com base somente na denominação ocupacional.

A aplicação prática dos critérios para definir a posição de classe na dimensão de autoridade não seria rigorosa. As regras e instruções (os algoritmos) de classificação de classe de Wright, na prática, conteriam critérios muito fracos para distinguir gerentes e supervisores de outros empregados. O indivíduo entrevistado é considerado gerente na medida em que participe de qualquer um dos oito itens arrolados de tomadas de decisão, inclusive apenas formulação de parecer ou conselho. A categoria de gerentes inclui pessoas que não ocupam posições de gerente na hierarquia formal da empresa, mas são gerentes pelos critérios de Wright. A elaboração de critérios minuciosos, aplicados porém de forma frouxa, afetaria igualmente a constituição da categoria de supervisores, que abrange indivíduos que são supervisores puramente nominais na organização formal da empresa, mas que a própria pesquisa constatou não possuírem autoridade sobre tarefas e em matéria de punições sobre subordinados. Critica-se também o artificialismo de denominar supervisores àqueles que estão envolvidos na supervisão limitada de um único subordinado. Seriam assinaladas diferentes localizações de classe para indivíduos partilhando ocupações e situações similares de emprego, por causa de alegadas diferenças em termos de autonomia e participação em tomadas de decisão. As medidas de controle organizacional não levam em conta o contexto desse controle. A aplicação frouxa dos critérios de mensuração de posição hierárquica leva a inflar as categorias de gerentes e supervisores.⁶⁹ Marshall e outros demonstram grande ceticismo acerca da real homogeneidade de determinadas localizações contraditórias de Wright. Distorções acumuladas produzem grande número de proletários que não seriam realmente proletários, mesmo nos termos de Wright. A aplicação do seu esquema sugere que a estrutura de classes da Inglaterra estaria em um estado avançado de proletarização, o que é contestado pelos autores. Os resultados empíricos derivados da aplicação do esquema de Wright, particularmente em relação à Inglaterra, colocariam sérias dúvidas na utilidade da sua abordagem.⁷⁰

Breen e Rottman consideram que um esquema de doze localizações de classe é mais plausível, em termos, do que Weber descreve

como “classes econômicas”, ou seja, um arranjo de situações econômico-sociais típicas, em lugar de classes sociais propriamente, isto é, agrupamentos de situações de classe demograficamente definidos. Tais localizações de classe dão a impressão de representarem contextos fracos para processos de estruturação de coletividades sociais reais. No plano operacional, segundo os autores, o esquema requer detalhes empíricos consideráveis acerca das condições de emprego para *mensurar* o grau de posse de um ativo particular, tomando-se, inclusive, a distinção tripla que é feita para cada ativo no que se refere a posições de classe dominante, contraditória e subordinada.⁷¹

Savage e outros criticam o modelo analítico quantitativo dos “esquemas de classe” que tratam as posições de classe como “variáveis independentes” utilizadas para inferir resultados apurados no plano das “variáveis dependentes”, em que se busca mensurar o impacto dos fatores determinantes em termos de manifestações sociais padronizadas na esfera do indivíduo (desempenho educacional, atitudes, padrões de voto etc.). Essa abordagem seria incapaz de demonstrar os vínculos determinantes causais precisos entre classe social e outros fenômenos sociais. Os autores consideram, igualmente, as implicações negativas de se conceber a estrutura de classes como um conjunto de lugares vazios definidos em termos de posições econômicas, a que se agrega a investigação dos processos que vinculam as pessoas a lugares particulares. O fato de determinados lugares serem condicionados pelo gênero do seu ocupante, como alerta a crítica feminista, demonstra que os lugares de classe não podem ser especificados independentemente das pessoas que os ocupam. Savage et al. defendem um enfoque realista que concebe as classes como entidades com determinados poderes causais, revelados através dos seus efeitos. Estes dependem de uma variedade de condições contextuais contingentes e se manifestam notadamente nas situações históricas decisivas. Privilegiam o estudo do modo como as classes sociais se constituem em coletividades sociais e, então, como podem influenciar os processos de mudança histórica. A estrutura das posições de classe não pode ser simplesmente considerada como dada; os processos que estruturam essas posições têm que ser

objeto de investigação. O estudo de como as classes se formam como coletividades sociais pode implicar na investigação de como os próprios processos de formação de classe afetam a organização, desorganização e reorganização das posições de classe.⁷²

As classes sociais são vistas em primeiro lugar, e sobretudo, como coletividades sociais estáveis formadas por pessoas com níveis semelhantes de renda e remuneração, estilos de vida, cultura e orientação política. A análise de classe deve lidar prioritariamente com a questão da formação de classe e não tanto com esquemas classificatórios. As classes sociais estão radicadas em processos de exploração. Diferentes tipos de exploração dão origem a distintos poderes causais de entidades sociais específicas. Entretanto, não basta analisar as propriedades causais de formas determinadas de exploração. O vínculo entre tipos de relações exploradoras e a formação de coletividades sociais particulares implica o exame das condições contingentes que viabilizam ou potencializam o exercício das propriedades causais.⁷³

Crompton caracteriza os mapas de classe de Wright e de Goldthorpe, construídos a partir de levantamentos de dados apoiados centralmente na ocupação, como um enfoque de “agregados de empregos” à análise de classe. Essas tentativas são defeituosas já que não é possível empiricamente estudar as “classes” isoladas de outros fatores que estruturam a divisão do trabalho como um todo. Crompton analisa o uso problemático da variável ocupação como medida de classe. Posições ocupacionais não incorporam as diferentes dimensões da desigualdade nem capturam adequadamente a realidade das *relações* de classe. Além disso, classe tem sido pensada teoricamente como algo mais que simples agregados ocupacionais. Agregados de emprego não representam “entidades reais com interesses identificáveis e capacidades de agir”.⁷⁴

O uso da estrutura de emprego, adverte Crompton, não permite chegar a uma medida “não contaminada” de classe social, pois outros fatores entram na própria estruturação das relações de emprego. Revela-se extremamente difícil separar o “econômico” do “social” ou “cultural” na análise de classes. As estruturas de emprego, não há como desconsiderar, são inevitavelmente condicionadas

pelo gênero.⁷⁵ Cabe à *posição* dentro da divisão social do trabalho, em lugar das características individuais, o papel determinante da posição de classe. Entretanto, na medida em que as posições são, de fato, condicionadas por gênero — no sentido, por exemplo, de ocupações “masculinas” ou “femininas” — pode-se dizer, então, que o gênero “sobredetermina” a posição.⁷⁶ A estrutura de classes (empregos) é sobremaneira atravessada pelo fator gênero, de modo que é difícil desenredar os efeitos de “classe” e “gênero”.⁷⁷ A divisão do trabalho por gênero é uma realidade da vida social, proeminente tanto na esfera pública quanto na privada. A persistência da segregação ocupacional divide a estrutura ocupacional em ocupações “femininas” e “masculinas”. O status e as recompensas de certas ocupações são determinadas historicamente pelo fato de serem ocupações “femininas”. O “patriarcado”, a dominação da mulher pelo homem, tem sido um sistema de moldagem da estrutura de emprego similar à classe, sendo que a mulher sofre uma dupla desvantagem, decorrente tanto do seu sexo quanto do seu emprego.⁷⁸ A segregação ocupacional de gênero está sendo reproduzida pelas práticas recorrentes, que são o produto de convenções passadas a respeito das relações “apropriadas” entre os sexos, das características particulares das economias nacionais etc, assim como estão sendo transformadas por práticas divergentes.⁷⁹ Com justa razão, os esquemas de classe baseados em emprego caem sob severo julgamento crítico, como ocorreu no debate em torno da “questão da mulher”, devido à própria extensão das mudanças nas instituições de emprego e relacionadas ao emprego.

Relações sociais subjacentes à condição de classe, assim como vínculos entre estrutura, consciência e ação, não podem ser adequadamente apreendidos por abordagens que “descansam, em última análise, sobre a agregação de atributos individuais”.⁸⁰ Entretanto, apesar dos problemas, que não podem ser obscurecidos, medidas baseadas em empregos conservam a sua utilidade enquanto indicadores de desigualdades de classe e de “chances de vida”. Afinal, o trabalho permanece como “o mais significativo determinante do destino de vida da maioria dos indivíduos e famílias nas sociedades

industriais avançadas”.⁸¹ Crompton admite que o enfoque de “agregados de empregos” deve continuar a merecer a atenção da sociologia, dada a demonstração da persistência de padrões de desigualdade social e variações de atitudes associadas a empregos.⁸²

Considerações finais

Wright defende a existência de uma conexão entre propriedade de ativos produtivos, exploração, dominação na produção e diferenciação de classe. Caberia problematizar a possibilidade de geração plena de *relações* de classe na base da propriedade de ativos de qualificação. Wright não trata os especialistas, por esse e outros motivos, como uma classe enquanto tal. Prefere falar, no presente, que os especialistas ocupam uma *localização privilegiada de apropriação* nas relações de exploração decorrentes da sua posição estratégica na organização da produção (como controladores de conhecimento) e da sua localização estratégica na organização dos mercados de trabalho (como controladores de uma forma escassa de força de trabalho).⁸³ As relações de dominação dentro da produção (autoridade) foram reintroduzidas no esquema de classes. Nessa nova reinterpretação o papel da autoridade aparece vinculado à idéia de posição privilegiada de apropriação nas relações de exploração. Essa reelaboração teórica da localização dos gerentes, que enfatiza o engajamento em práticas de dominação na produção e a posição estratégica dentro da organização da produção, não há como negar, implica minimizar o estatuto de “ativo produtivo” do controle organizacional. Caracterizar a posição dos especialistas (e também dos gerentes), em termos de *localização privilegiada de apropriação* nas relações de exploração, representa, pelo menos, uma atenuação teórica da concepção plena de múltiplas explorações. Wright considera que os seus últimos estudos, tomados em conjunto, apesar das

anomalias registradas, confirmariam a fecundidade do conceito de localizações contraditórias de classe. Entretanto, reconhece que a noção de localizações contraditórias perdeu o nível abrangente original de coerência teórica.⁸⁴ Esse reconhecimento implica também, em termos teóricos, um enfraquecimento da idéia de localizações contraditórias no sentido de combinações assimétricas ou mutuamente neutralizadoras de diferentes formas de exploração. Wright retém a noção de localizações contraditórias no sentido de essas posições de classe média se ligarem de modos privilegiados aos processos de exploração e dominação. Os interesses de classe incorporados nos empregos de gerentes e especialistas combinam os interesses opostos de capital e trabalho.⁸⁵

Cabe considerar, igualmente, os limites de uma abordagem à análise de classes que, em certa medida, se mostra “centrada em empregos”. Importantes situações ou processos que não se manifestam adequadamente a nível da estrutura de emprego escapam à análise. Wright reconhece essa limitação metodológica da abordagem quantitativa das tipologias de classe. Os levantamentos de dados por amostragem (*sample surveys*) dificultam seriamente a exploração analítica dos extremos dentro da estrutura de classes: os grandes proprietários de capital e os segmentos mais marginalizados da população.⁸⁶

As questões que recaem sob o crivo crítico, várias das quais apontadas e enfrentadas pelo próprio Wright, não devem obscurecer os méritos da sua obra. A análise de classe pode privilegiar analiticamente, como defende Wright, a concepção de plano micro de *localizações* de classe dentro de *relações* de classe macroestruturais. A noção de *localização* de classe traduz uma visão de condicionamentos operantes sobre os agentes, ao fazerem escolhas e agirem no mundo. Seu esquema teórico revela-se capaz de expressar e orientar a abordagem do papel de posições intermediárias de classe na complexificação da estrutura social da sociedade capitalista contemporânea. Além disso, desenvolve uma noção de classe trabalhadora analiticamente mais sensível ao amplo reordenamento do universo da produção e do trabalho que se processa na atualidade. Em termos de tradição

marxista, a reelaboração do conceito de classe preserva as noções de apropriação de ativos produtivos e de exploração, o que, no entanto, não impede Wright de incorporar o papel da dominação dentro da produção na geração de diferenciações nas localizações de classe. Além de desenvolver um agudo senso crítico e autocrítico, o autor constrói um instrumental analítico dirigido à pesquisa empírica sistemática, que realimenta o seu pensamento e chega mesmo a contribuir para que a sua obra se projete em reelaborações. Em um contexto de crise de paradigmas, a teoria e a tipologia de classes neomarxista de Wright inscrevem-se em uma obra aberta e em progresso.

Capítulo II - Mapa de posições e segmentos de classe no Brasil de hoje

A investigação aqui desenvolvida envereda por um campo de estudo raramente explorado no Brasil, ao compor um mapeamento da disposição estrutural e dos perfis específicos das posições e dos segmentos de classe no Brasil de hoje, recorrendo à base de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).¹ Com essa finalidade, o estudo emprega uma tipologia derivada, originalmente, do esquema de classes neomarxista de Erik Olin Wright, porém, alterada em diversos aspectos em relação ao seu ponto de partida, e cujas categorias empíricas foram construídas levando em consideração as possibilidades e as limitações da base de dados utilizada. O processo de mapeamento de posições, realizado à luz de um esquema teórico, permite realizar uma aproximação analítica dos traços relevantes da diferenciação de classes da sociedade brasileira. A configuração de uma visão de conjunto da estrutura de posições de classe envolve um processo de decomposição, que vai do todo aos seus elementos constituintes, e de recomposição, que vai dos componentes ao todo articulado. A consideração de outros fatores proeminentes ajuda a compor o quadro concreto da estrutura de posições sociais no Brasil. Esse é o caso da distribuição das posições de classe nos setores de atividade econômica. A consideração das grandes regiões geográficas incorpora uma fonte de diversidade de reconhecida importância em países como o Brasil, pois reflete os processos de desenvolvimento desigual do capitalismo e expressa a divisão socioespacial do trabalho. A convocação das variáveis gênero e cor ou raça — inclusive a combinação de ambas — propicia uma articulação dos componentes posicionais com os chamados fatores atribuídos (*ascriptive*).²

JOSÉ ALCIDES FIGUEIREDO SANTOS
ESTRUTURA DE POSIÇÕES
DE CLASSE NO BRASIL
MAPEAMENTO, MUDANÇAS E EFEITOS NA RENDA

